

Ata da 87ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em dezesseis de dezembro de 2013, com início às nove horas e trinta e sete minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Irineu Zotti e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, ao tempo em que solicitou ao senhor Secretário que fizesse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Neste período foram lidas as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 232/2013. Projeto de Lei nº 233/2013. Projeto de Lei nº 234/2013. Projeto de Lei nº 235/2013. Projeto de Lei nº 236/2013. Projeto de Lei nº 237/2013. Emenda 1 ao Projeto de Resolução nº 20/2013. Emenda 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 7/2013. Emenda 2 ao Projeto de Lei nº 218/2013. Emenda 2 ao Projeto de Lei Complementar nº 7/2013. Emenda 3 ao Projeto de Lei Complementar nº 07/2013. Ofício nº 258/2013 solicitando a retirada da Emenda 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 7/2013. Ofício do gabinete do vereador Jorge Bocasanta comunicando a ausência nesta sessão. Requerimento nº 390/2013 solicitando o arquivamento do Projeto de Lei nº 175/2013. Parecer nº 698 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei nº 219/2013. Parecer nº 699 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei nº 224/2013. Parecer nº 700 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei nº 222/2013. Parecer nº 701 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Resolução nº 19/2013. Parecer nº 702 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento favorável as Emendas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 34 e 35 ao Projeto de Lei nº 211/2013. Parecer nº 702 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, contrário as Emendas nº 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38 e 39 ao Projeto de Lei nº 211/2013. Parecer nº 703 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento favorável as Emendas 1, 2, 3, 4, 5,6,7,8, 9, 10, 11, 12, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 34,35 ao Projeto de Lei 211/2013. Parecer nº 704 da Comissão de Saúde e Assistência Social favorável ao Projeto de Lei nº 220/2013. Parecer nº 705 da Comissão de Saúde e Assistência Social favorável ao Projeto de Lei nº 173/2013. Parecer nº 706 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de Lei nº 217/2013. Parecer nº 707 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de Lei nº 218/2013. Parecer nº 708 da Comissão de Justiça e Redação favorável as Emendas 1 à 39 ao Projeto de Lei nº 211/2013. Parecer nº 709 da Comissão de Justiça e Redação favorável a Emenda 2 ao Projeto de Lei nº 173/2013. Parecer nº 710 da Comissão de Justiça e Redação favorável a Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 218/2013. Parecer nº 711 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 10/2013. Parecer nº 712 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de Resolução nº 19/2013. Parecer nº 713 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de Lei nº 219/2013. Parecer nº 714 da Comissão de Agricultura e Defesa do Meio Ambiente favorável ao Projeto de Lei nº 224/2013. Parecer nº 715 da Comissão de Agricultura e Defesa do

Meio Ambiente favorável ao Projeto de Lei nº 230/2013. Parecer nº 716 da Comissão de Agricultura e Defesa do Meio Ambiente, favorável ao Projeto de Lei nº 229/2013. Parecer nº 717 da Comissão de Agricultura e Defesa do Meio Ambiente favorável ao Projeto de Lei nº 216/2013. Parecer nº 718 da Comissão de Agricultura e Defesa do Meio Ambiente favorável ao Projeto de Lei nº 231/2013. Parecer nº 719 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 7/2013. Parecer nº 720 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2013. Parecer nº 721 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de Resolução nº 21/2013. Parecer nº 722 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de Resolução nº 20/2013. Parecer nº 723 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de Lei nº 224/2013. Parecer nº 724 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de Lei nº 228/2013. Parecer nº 725 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de Lei nº 218/2013. Parecer nº 726 da Comissão de Trabalho e Legislação Social contrário ao Projeto de Lei nº 216/2013. Parecer nº 727 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto favorável ao Projeto de Lei nº 218/2013. Parecer nº 728 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto favorável ao Projeto de Resolução nº 21/2013. Parecer nº 729 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto favorável a Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 218/2013. Parecer nº 730 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto favorável a Emenda 2 ao Projeto de Lei nº 218/2013. Ofício nº 570/2013 do Executivo referente ao Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 215/2013. Ofício nº 472/2013 do Executivo em resposta ao Requerimento nº 334/2013. Ofício nº 474/2013 do Executivo em resposta ao Requerimento nº 326/2013. Ofício nº 471/2013 do Executivo em resposta ao Requerimento nº 327/2013. Ofício nº 478/2013 do Executivo em resposta ao Requerimento nº 350/2013. Ofício nº 479/2013 do Executivo em resposta ao Requerimento nº 318/2013. Ofício nº 477/2013 do Executivo em resposta ao Requerimento nº 349/2013. Ofício nº 476/2013 do Executivo em resposta ao Requerimento nº 317/2013. Inscritos para falar no grande expediente, os vereadores: Rui Capelão, Paulo Porto, Luiz Frare e Marcio Pacheco. Finda a leitura da matéria de expediente o Senhor Presidente deixou a palavra livre aos senhores Vereadores para **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**, quando não houve qualquer solicitação a respeito. **ORDEM DO DIA** – Em discussão o veto total ao Projeto de Lei nº 103/2013 encaminhado através do ofício nº 414/2013 pelo Prefeito Municipal, usou da palavra o vereador Jaime Vasatta. Na oportunidade destacou o benefício para os que se utilizam diariamente do transporte coletivo e que precisam se dirigir até local específico para aquisição do vale transporte, pelo que pediu voto contrário ao veto. O vereador Rui Capelão também lamentou o veto, propugnando por formas mais pragmáticas, a exemplo daquelas apontadas no projeto de lei em questão, pelo que pediu voto contrário ao veto, acrescentando ser mínimo o investimento, ao tempo que destacou sua independência na votação. Em uso da palavra o vereador Luiz Frare explicou as razões do veto, mencionando ser necessário o dispêndio da cifra de 1 milhão,416 mil, 983 reais e 28 centavos, frisando ser demasiado significativa para implantação de três pontos de atendimento, o que ademais redundaria em aumento do custo da passagem na ordem de 5 à 7 centavos, representando gasto adicional para o usuário de 20 centavos ao dia; 6 reais ao mês e 72 reais ao ano. Explicou que tal despesa não estava prevista na licitação, pelo que futuramente seria

acrescentada no preço da passagem. Em uso da palavra, o vereador Jorge Bocasanta questionou os cálculos apontados, vez que a despesa não seria mensal, pontuando que o custo ao mês seria de R\$ 98 mil reais, com acréscimo de apenas R\$ 0,02 por usuário. A par disto, lembrou que o serviço público deve ter por parâmetro o bom atendimento da população. Em uso da palavra o vereador Gugu Bueno, destacou a importância do projeto e a sensibilidade do seu proponente, esclarecendo inobstante a isto, o papel da sanção e do veto pelo executivo e a correspondente motivação. Recordou a obrigatoriedade da justificativa do veto; realizando contraponto entre a eficiência do serviço público e o custo envolvido. Nesta ótica, pontuou acerca do aumento no encargo que beneficiaria apenas uma parcela de 15 a 17% da população, pelo que votaria favorável ao veto. Em uso da palavra, o vereador Paulo Bebber considerou os valores constantes da planilha absurdos, assim como os respectivos custos. Pontuou que as tarifas praticadas pelo transporte urbano eram muito altas, pelo que votaria contrário ao veto. Concedeu aparte ao vereador Rui Capelão, que questionou o dimensionamento dos gastos elencados, sobretudo no tocante aos móveis e utensílios. Na sequência, em votação nominal o veto total ao Projeto de Lei nº 103/2013 foi rejeitado, por 13 votos contrários e 06 favoráveis. Foram contrários os vereadores: Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Marcos Rios, Pedro Martendal de Araujo, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini e favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Robertinho Magalhães, Luiz Frare e Romulo Quintino. Em seguida o Presidente submeteu a discussão o veto parcial ao Projeto de Lei nº 171/2013, quando o vereador Gugu Bueno propôs a votação em destaque de cada uma das treze emendas vetadas pelo executivo, estribado no artigo 159 do Regimento Interno, devidamente acolhida pelo Presidente, com base no artigo 119, inciso XIV. Em discussão as emendas 3, 15, 25, 26, 31, 35, 54, 55, 63, 92, 99, 100 e 114, o Presidente oportunizou que cada um dos proponentes se manifestasse acerca das mesmas. Destarte, no tocante a emenda 3, o vereador Jaime Vasatta posicionou-se contrário ao veto. Os proponentes das emendas 15 e 25 declinaram da manifestação; ao tempo em que o vereador Walmir Severgnini na condição de autor da emenda 26 explicou que a mesma objetivava construção de alambrado num campo, localizado no bairro Cascavel Velho, pelo que pediu voto contrário ao veto. O vereador Vanderlei, enquanto proponente das emendas 31 e 35, não se manifestou. O vereador Marcio Pacheco autor da emenda 54, mencionou que se manifestaria na sequência, usando a tribuna. O proponente da emenda nº 55, vereador João Paulo não fez uso da palavra. O vereador Paulo Bebber, na conta de autor da emenda 63, explicou a importância da pavimentação com pedra irregular e de sua continuidade, passando pelo Reassentamento e saindo ao lado do Show Rural. Apontou que esta empreitada demandaria recursos do município na ordem de 800 mil reais, assinalando que a obra custaria mais de 3 milhões de reais; ao tempo que mencionou o apoio do Estado e da União, destacando que seria possível atender mais de 250 produtores de leite, e grosso modo, aplicar satisfatoriamente os recursos do ITR, do qual mencionou desconhecer a destinação. O vereador Jorge Menegatti, autor da emenda nº 92, informou o propósito de construir faixas de pedestre elevadas, contribuindo para redução de acidente. No tocante as emendas nº 99 e 100, o vereador Marcos Rios declinou da manifestação. De

modo similar, procedeu com relação à emenda nº 114, o vereador Pedro Martendal. Na sequência, o Presidente solicitou ao vice-presidente que assumisse a sessão e na condição de vereador discorreu sobre a emenda nº 54, de sua autoria. Explicou que todas as concessões possíveis foram efetuadas pelos vereadores, de modo que lamentava, caso a mesma não fosse aprovada. Aventou a importância de criação do parque industrial metal mecânico na região norte, assim como a relevância de fomentar a mão de obra a um custo baixo; dotando a região de infraestrutura necessária, a um custo de 660 mil reais, considerado baixo, em face do PPA. Solicitou voto contrário ao veto, lembrando a aprovação de apenas três emendas de sua autoria, num total de vinte. No uso da palavra o vereador Gugu Bueno, ressaltou que nunca foram aprovadas tantas emendas, já que das 36 desta Casa de Leis, o executivo vetou apenas 13; fato indicador de sua sensibilidade. Lembrou a prerrogativa do Poder Executivo de decidir onde serão efetuados os gastos, mas que inobstante aprovou grande parte das Emendas. Ato contínuo, pediu voto favorável ao veto das seguintes emendas: nº 03 - por prejudicar as festividades natalinas; emendas nºs 15 e 26 - por fazer parte de uma rubrica genérica, de modo que poderia ser apresentada na Lei orçamentária; emenda nº 35 - porque em estudo realizado haveria gasto de 150 mil reais sem contar a desapropriação, quando o valor solicitado foi de apenas 60 mil reais; emenda nº 54 - dada a inexistência de terreno da prefeitura naquela área, capaz de abrigar o parque industrial, além de ser o valor pleiteado, insuficiente; emenda nº 55 - passível de ser incluída na Lei orçamentária, vez que a rubrica genérica já existia no PPA, demandando a criação de outra rubrica; emenda nº 92 - requisitados apenas 50 mil reais, enquanto estudos apontavam para gasto na ordem de 390 mil reais; emenda nº 100 - o valor proposto de 160 mil reais mostrou-se muito aquém, porquanto a importância necessária fixada na ordem de 1 milhão, 365 mil reais para realização do recape. Após o exposto, o vereador Gugu Bueno arrematou com pedido de voto favorável ao veto das emendas, acima especificadas. Em seguida, solicitou a palavra o vereador Rui Capelão. O vereador Rui Capelão, ressaltou o trabalho anterior para implantação do Parque Industrial, na região norte. Frisou a importância da residência se situar próxima ao local de trabalho; destacando ser a área populosa. Ressaltou ainda, a necessidade de planejamento, assim como de dimensionamento destes valores por técnicos, mas que não se deixasse de atender o pleito dos vereadores quando relevantes para o município. Em aparte, vereador Paulo Bebbber destacou que o valor de 660 mil reais, era irrisório para construção de Parque Industrial, porquanto possibilitaria quando muito adquirir um quarteirão. Destacou a importância de parceria para ampliação do valor; ao tempo em que mencionou ser indispensável à contrapartida do município. Em aparte, o vereador Marcio Pacheco lamentou os vetos mantidos; destacou que os seus proponentes eram em essência os integrantes da oposição; pontuando que a ação era mais política do que técnica. Em aparte, o vereador Luiz Frare apontou que a Lei Municipal 2768/98, possibilita a realização de emendas, porém não o aumento de despesas sem a indicação da receita correspondente. Lembrou que a região norte já conta com o Núcleo Morumbi, Jaborá, além de Escola Técnica. Afora isto, assinalou que a implantação do Parque industrial demandava área grande e também, desapropriação. Em aparte, o vereador Gugu Bueno refutou a assertiva de que a medida adotada teve por escopo a esfera política, lembrando que o vereador Marcio Pacheco foi quem teve mais emendas

sancionadas pelo prefeito municipal. Acrescentou que houve emendas aprovadas tanto da situação quanto da oposição. Em uso da palavra, o vereador Jorge Bocasanta propugnou por voto favorável a todos os vetos, para que no futuro o prefeito não pudesse alegar impedimento para o cumprimento das promessas de asfaltamento de todas as ruas da cidade de Cascavel e da construção de hospital na zona norte. Ademais, ressaltou que a oposição não se mostrava em absoluto, contrária ao município. Em votação nominal o veto a emenda 3 de 2013, com a subemenda 1, esta obteve 14 votos favoráveis e 05 contrários, pelo que mantido o veto. Foram favoráveis os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino e Vanderlei Augusto da Silva e contrário os vereadores: Jaime Vasatta, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Rui Capelão e Walmir Severgnini. Em votação nominal, veto à emenda 15 de 2013 ao Projeto de Lei nº 171/2013, obteve 13 votos favoráveis e 06 contrários, sendo portanto, mantido. Favoráveis os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jorge Bocasanta, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Pedro Martendal de Araujo, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino e Vanderlei Augusto da Silva e contrário os vereadores: Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Rui Capelão e Walmir Severgnini. Em votação nominal, o veto a emenda nº 26 de 2013 ao Projeto de Lei nº 171/2013 obteve 12 votos favoráveis e 07 contrário, sendo portanto, mantido o veto. Foram favoráveis os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, Jorge Bocasanta, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei Hamilton Haveroth, Pedro Martendal de Araujo, Robertinho Magalhães e Vanderlei Augusto da Silva e contrários os vereadores: João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Romulo Quintino, Rui Capelão e Walmir Severgnini. Em votação o veto à emenda nº 31 de 2013 ao Projeto de Lei nº 171/2013, o mesmo foi rejeitado por 16 votos contrários e 03 favoráveis. Foram favoráveis os seguintes vereadores: Jorge Bocasanta, Luiz Frare e Romulo Quintino; e contrário os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Robertinho Magalhães, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Em votação o veto a Emenda nº 35 ao Projeto de Lei nº 171/2013, este foi mantido por 12 votos favoráveis e 07 contrários. Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Marcos Rios e Rui Capelão e contrário os vereadores: Jorge Menegatti, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal, Vanderlei A. da Silva, Romulo Quintino e Walmir Severgnini. Em votação o veto a Emenda nº 54 de 2013 ao Projeto de Lei nº 171/2013, este foi mantido por 13 votos a favor e 06 contrários. Foram favoráveis os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jorge Bocasanta, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Marcos Rios, Pedro Martendal, Romulo Quintino, Vanderlei A. da Silva e contrários os vereadores: Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Rui Capelão e Walmir Severgnini.

Em votação nominal, o veto a Emenda nº 55 de 2013 ao Projeto de Lei nº 171/2013 foi mantido, por 11 votos favoráveis e 08 contrários. Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jorge Bocasanta, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Marcos Rios e Pedro Martendal de Araujo e contrários os vereadores: Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Em votação, o veto à emenda nº 63 ao Projeto de Lei nº 171/2013, foi rejeitado por 18 votos contrários e 01 favorável, sendo contrários os vereadores: Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Marcos Rios, Pedro Martendal Araujo, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini e favorável apenas o vereador: Aldonir Cabral. Em votação nominal, veto a Emenda nº 92 ao Projeto de Lei nº 171/2013 foi rejeitado, por 10 votos contrários e 09 a favor, sendo a favor: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Marcos Rios e contrários os vereadores: João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Em votação, veto a Emenda nº 99 ao Projeto de Lei nº 171/2013, este foi rejeitado, por 15 votos contrários e 04 a favor. Foram favoráveis os vereadores: Jorge Bocasanta, Luiz Fare, Nei Hamilton Haveroth e Romulo Quintino e contrários os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Marcos Rios, Pedro Martendal Araújo, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Em votação, veto a Emenda nº 100 ao Projeto de Lei nº 171/2013, este foi mantido por 12 votos favoráveis e 07 contrários, sendo a favor os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber e Romulo Quintino, e contrários os vereadores: Jorge Menegatti, Paulo Porto, Marcos Rios, Pedro Martendal de Araújo, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Em votação nominal, o veto a Emenda nº 114 ao Projeto de Lei nº 171, este foi mantido por 10 votos favoráveis e 09 contrários. Foram a favor os vereadores: Claudio Gaitero, Gugu Bueno, João Paulo de Lima, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Marcos Rios, Romulo Quintino e Vanderlei A. da Silva e contrários os vereadores: Aldonir Cabral, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Pedro Martendal Araujo, Rui Capelão e Walmir Severgnini. O Presidente suspendeu a sessão por breve intervalo. Na sequência em discussão o Projeto de Lei nº 199/2013, usou da palavra o vereador Rui Capelão. O vereador Rui Capelão propugnou pela remessa de lei orçamentária com pelo menos 60 dias de antecedência, mencionando a necessidade de análise criteriosa. Aludiu a importância de moradia digna, questionando o uso de áreas de utilidade pública para o Programa Minha Casa Minha Vida. Em uso da palavra o vereador Paulo Porto, após breve análise aplaudiu as ações positivas destacando: o aumento de 22 milhões para a Secretaria de Educação, 5 milhões para Secretaria de Educação Infantil, 12 milhões para o Fundo

Municipal de Saúde, 10 milhões para o Meio Ambiente, dentre outras. Mencionou que elaboraria requerimentos para as ações consideradas incoerentes e citou: menos meio milhão para Secretaria de Educação Especial; menos 5 milhões para Secretaria Municipal de Cultura em contraponto a 3 milhões e meio destinados para os Gabinetes do Prefeito e do Vice-prefeito, classificando também, de inexpressiva a cifra de 243 mil destinada para Secretaria Antidrogas. Em uso da palavra o vereador Marcio Pacheco pediu votação em destaque para os artigos 9º e 10º da Lei Orgânica, mencionando a importância da autonomia do Poder Legislativo. Em aparte, o vereador Gugu Bueno apontou limite estipulado na lei orçamentária anual para remanejamento. Destarte, o vereador Marcio Pacheco em respeito às explicações fornecidas pelo líder do governo retirou o pedido destaque para os artigos 9º e 10º, deixando consignado que os percentuais em apreço ficariam para futuras discussões. Em 1ª votação nominal o Projeto de Lei nº 199/2013, este foi aprovado por 18 votos favoráveis e 01 contrário. Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebbber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini e contrário o vereador: Rui Capelão. Na sequência, foi submetido o parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Resolução nº 17 para discussão, quando usou da palavra o vereador Robertinho Magalhães. O vereador Robertinho destacou a importância de parâmetros adequados para o funcionamento desta Casa de Leis, ressaltando a importância de corrigir alguns detalhes, pelo que pediu vistas ao projeto. Em votação nominal ao pedido de vistas houve aprovação pela totalidade dos vereadores, a saber: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebbber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Finda à ordem do dia o senhor Presidente abriu a palavra para pronunciamento de interesse público, cuja primeira inscrição foi a do vereador Rui Capelão, que abriu mão da mesma, em razão de compromisso com a Comissão de Educação, agendado nos distritos de Rio do Salto e Juvinópolis. Em uso da palavra, o vereador Paulo Porto mencionou a elaboração de 3.500 folhetos, com objetivo de dar publicidade ao contrato de transporte escolar, junto aos pais e alunos. Explicou que os panfletos seriam entregues no salão da igreja de São Salvador, Colégio Municipal e Estadual de São Salvador e posteriormente em São João, Centralito, e demais localidades necessitadas do transporte escolar rural. Explicou que a Comissão era composta por ele próprio, Rui Capelão e Walmir Severgnini; finalizou pedindo fiscalização do contrato de transporte escolar e publicidade do seu teor. Em vista do adiantado da hora, o vereador Luiz Frare abriu mão da palavra. Por último, o vereador Marcio Pacheco usou a tribuna expressando respeito para com os jornalistas e a imprensa em geral, lamentando todavia o posicionamento de alguns jornalistas. Afirmou que atendeu igualmente: Miguel Portela, do Jornal O Paraná; Pedro, do Jornal Hoje e Fernando, do Jornal Gazeta do Paraná; abordando o mesmo tema. Lamentou que numa delas houve o desvirtuamento do foco. Mencionou sua indignação com o que foi

denominado de regalia pública, quando se tratava de resolução para disciplinar a frequência dos servidores desta Casa de Leis. Expressou preocupação com a distorção da realidade dos fatos, assim como a mácula a imagem desta Casa de Leis, caracterizando o fato como desserviço a sociedade. Reiterou a implantação de controle de presença dentro de critérios coerentes para os servidores da Câmara atendendo aos anseios da sociedade, permitindo inclusive, remuneração mais justa. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às doze horas e três minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi lavrada por mim, Marina Rodrigues Toledo, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO
Presidente

GUGU BUENO
1º Secretário